



POLICIAIS MILITARES DA CIDADE DE PONTA GROSSA-PR NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3580

Daniela Cecília Grisoski, UNICENTRO
Hélio Sochodolak, UNICENTRO

Resumo

O presente texto visa desenvolver um estudo em relação aos processos de subjetivação de policiais militares da cidade de Ponta Grossa-Paraná, cujas trajetórias laborais ocorreram na segunda metade do século XX. Objetivou-se compreender as formas que ocorrem tais processos, através da realização de leituras ligadas ao filósofo Michel Foucault sobre o conceito processos de subjetivação. Também se traçou um histórico caracterizando a instituição denominada Polícia Militar, enfatizando tal trabalho na cidade de Ponta Grossa-PR. Sua justificativa foi buscar uma melhor compreensão do cotidiano desses profissionais e como os mesmos se reconhecem enquanto sujeitos dentro de seus ambientes de trabalho, visando que tais sujeitos possam vir a possuir suportes que diminuam os fatores que os prejudiquem em suas funções e vidas particulares. A pesquisa foi caracterizada através do cunho bibliográfico, utilizando-se de itens já coletados para seu desenvolvimento, sendo dividida em duas etapas: a primeira delas constou como pesquisa bibliográfica, onde foram formulados resumos e resenhas de obras de Foucault e alguns de seus comentadores, em relação aos conceitos processos de subjetivação e experiência. A segunda etapa se deu através de uma pesquisa empírica, que foi a análise de dados de uma pesquisa já realizada sendo fruto da conclusão da disciplina “Prática de Pesquisa em Psicologia II”, ofertada no quarto ano de Psicologia da UNICENTRO. Através dos resultados, compreendeu-se que a experiência está diretamente ligada com a forma de uma pessoa se identificar enquanto sujeito, levando em consideração as regras impostas em seu cotidiano, sendo esses seus processos de subjetivação.

Palavras Chave:

Processos de Subjetivação;
Experiência; Polícia Militar; Sociedade Disciplinar.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo estudar processos de subjetivação da Polícia Militar do Paraná na segunda metade do século XX, especificamente a Polícia Militar da região da cidade de Ponta Grossa, a partir da caracterização da sociedade disciplinar do filósofo Michel Foucault. Para a tarefa conceitual, nos valem de publicações dos autores, Cardoso (2005), Nicolazzi (2004) e Mansano (2009). Para a tarefa empírica nos valem de dados coletados em 2015 e 2016, no contexto de uma pesquisa denominada “Processos de subjetivação no percurso das trajetórias laborais de policiais militares: uma análise sobre a saúde no trabalho e a segurança pública na contemporaneidade”. A pesquisa se deu como componente final da disciplina “Prática de Pesquisa em Psicologia II”, ofertada no curso de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná e ministrada pela docente Dr^a Paula Marque da Silva. Com a pesquisa, foi possível a análise de como ocorreram alguns aspectos dos processos de subjetivação dos policiais que participaram de entrevistas.

A primeira parte da pesquisa visa descrever e se aprofundar do conceito processos de subjetivação, formulados por Mansano (2009) e a ideia de experiência, proposta por Nicolazzi (2004), os quais se encaixam no conteúdo analisado através das falas dos entrevistados. Tais conceitos aparecem de forma implícita no cotidiano dos, então policiais militares, que participaram da entrevista, dando a compreensão de como os processos de subjetivação e experiência estiveram presentes nas trajetórias laborais desses sujeitos, e como ainda se encontram ligados à forma em que os mesmos, atualmente, se reconhecem enquanto sujeitos.

O segundo tópico proposto no trabalho, diz respeito a uma caracterização de como se deu a construção do trabalho

do policial militar no Estado do Paraná, especificamente na região da cidade de Ponta Grossa, que se localiza no interior do estado.

O terceiro tópico, por sua vez, compreende a ideia de sociedade disciplinar, conceito proposto por Foucault (2015), caracterizando-a de acordo com trechos das entrevistas realizadas, os quais compreendem, através da fala dos entrevistados, como o conceito de disciplina se encontra ligado ao cotidiano da figura do policial militar.

Para finalizar, a quarta e última parte, diz respeito à caracterização das duas formas de segurança que foram possíveis de serem observadas nas entrevistas, sendo elas Segurança Nacional, que ocorreu no período de 1964 a 1985, e Segurança Pública, que se iniciou após a Constituição Federal de 1988 e vigora até os dias atuais. Esses dois conceitos de segurança que perpassaram em épocas diferentes, estiveram presentes em alguns dos fragmentos das entrevistas, visto que, alguns dos entrevistados traçaram parte de suas trajetórias laborais no período em que vigorava a ideia de Segurança Nacional. Levando em consideração esse fato, faz-se necessário a compreensão de quais os atributos de cada uma das formas de segurança citadas e como ambas se diferem entre si, abordando quais de suas características se encontram presentes nas falas dos entrevistados.

Processos de subjetivação e experiência: algumas características

De acordo com Cardoso Jr. (2005, p.343), subjetividade para o filósofo Michel Foucault, caracteriza-se como um processo constituído por práticas, onde tempo e corpo estão relacionados. A subjetividade pode ser compreendida como a expressão do tempo no corpo, sendo especificada pela experiência, pois os elementos que influenciam em nosso

corpo estão sempre se fazendo e se desfazendo ao longo do tempo. A produção de subjetividade está sempre ocorrendo, entretanto varia de acordo com o tempo histórico e a cultura de determinada época, essa transformação se vincula, também, às singularidades dos sujeitos. Cardoso Jr. (2005, p.348) ressalta que nos tornamos sujeitos a partir de processos históricos, estando eles relacionados às práticas de poder.

Mansano (2009, p.111), traz à tona o conceito de processos de subjetivação. Tal ideia diz respeito às formas em que os sujeitos trazem a experiência da relação com determinado regime presente em seus cotidianos. Mansano (2009, p. 112) enfatiza que os processos de subjetivação se dão através de uma produção de componentes heterogêneos que se constituem em um determinado contexto social. Tais componentes vão se configurando nas formas em que os sujeitos são produzidos em seus cotidianos. Levando em conta o pensamento de Guattari, a subjetividade pode se desenvolver através de formas distintas, considerando diferentes formas de ação em um meio social.

Experiência, por sua vez, segundo Nicolazzi (2004, p. 103), é a forma como os mesmos se reconhecem num determinado tempo histórico, conseqüentemente se caracterizando como um ser histórico. Experiência é, pois, correlata à cultura e às formas de normalidade em dado contexto.

Outra questão abordada por Mansano (2009, p. 116), é a de que sentidos são produzidos pelos sujeitos sobre suas formas de reconhecerem a si mesmos a partir de suas singularidades. Esses sentidos se constituem pelos dados de suas experiências, onde, muitas vezes, um sentido pode ser produzido de uma maneira forçada pelos aspectos de seu cotidiano, ou seja, pelas forças que estão interligadas a uma forma de realidade. Nicolazzi, por sua vez, (2004, p.106) enfatiza que um sujeito é constituído

através de suas experiências que estão ligadas a uma moral, formando-se assim um sujeito moral que se constitui a partir de aspectos formados pelas condutas que lhe são impostas. O sujeito representa posturas assumidas sob determinadas regras, na obrigação de conhecê-las e praticá-las. É a inserção do lugar da conduta no sujeito.

Então, levando em consideração as entrevistas que foram estudadas através do conteúdo da pesquisa, propõe-se a análise dos processos de subjetivação dos sujeitos entrevistados, compreendendo assim quais suas relações com os regimes propostos pelos seus respectivos cotidianos. Compreendendo também quais são as formas que fazem com que os mesmos se reconheçam enquanto sujeito através do tempo histórico em que se encontram inseridos. Sendo assim, procura-se perceber a ligação dos conceitos processos de subjetivação e experiência juntamente à análise de fragmentos de suas falas.

A Polícia Militar da região de Ponta Grossa

A Polícia Militar, encontra-se ligada a um dos eixos do funcionamento da Segurança Pública, essa, por sua vez, caracteriza-se a partir do intuito da prevenção a violência e promoção de bem-estar a todos os cidadãos que compõem o Estado (Cf. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2015). Na Constituição Federal de 1988, Capítulo II, art.6, consta que a Segurança Pública é tida como um direito social do cidadão. A partir do objetivo da Segurança Pública, compreende-se que se deve usar de medidas punitivas para com o cidadão que causar alguma ocorrência que afete as leis morais do Governo (BRASIL, 1988).

Segundo o histórico do site da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, o trabalho do Policial Militar nos moldes da Segurança Pública

brasileira tem como objetivo o policiamento ostensivo fardado, ou seja, fiscalização de comportamentos e atividade, de repressão de crimes, compreendendo o funcionamento das leis sociais, proporcionando tranquilidade e segurança. Além da aplicação de leis, o trabalho policial também pode estar relacionado à prestação de socorro, prevenção criminal, assistência social, educação de menores, ou seja, está diretamente ligado à manutenção da ordem pública (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

A Polícia Militar brasileira divide-se em 27 eixos, sendo um para cada estado, juntamente com o Distrito Federal. Subordina-se tanto ao Exército brasileiro, sendo sua reserva, bem como às Secretarias do Estado de Segurança. Além disso, a Polícia Militar caracteriza-se por trabalhar no âmbito interno das forças armadas, variando suas atividades de acordo com os locais em que está inserida.

De acordo com as publicações do site da Polícia Militar paranaense, a Polícia Militar da Cidade de Ponta Grossa – PR especificamente, é pertencente ao 1º Batalhão da Polícia Militar (1ºBPM) que está inserido ao 4º comando Regional da Polícia Militar de um total de cinco comandos regionais.

O 1º Batalhão da Polícia Militar, assim como na Segurança Pública de todo o Brasil, originou-se no tempo imperial. Sua primeira sede oficial no estado do Paraná inaugurou-se em 1900, estando localizada na cidade de Curitiba. Nesse período, o 1º Batalhão da Polícia Militar abrangia todo o interior do Estado do Paraná. Em 1964, passou a ser sediado pelo Município de Ponta Grossa, quando a área ficou restrita em 31 municípios. Em 1970, o 1º BPM foi considerado área operacional, constituído por 22 municípios divididos em três companhias, sendo elas, Irati, Telêmaco Borba e Ponta Grossa, além de um pelotão em Castro. No ano de 2010, o 1º BPM foi

subordinado ao 4º Comando Regional da Polícia Militar, o qual se encontra até os dias de hoje, ficando responsável por nove municípios dos Campos Gerais.

O site da Polícia Militar do Paraná também especifica que, atualmente, existem três companhias constituintes do 1º Batalhão da Polícia Militar, estando duas delas localizadas no município de Ponta Grossa e uma em Castro, tais companhias atuam de forma preventiva ou repressiva. A Primeira Companhia, localizada na parte central do município de Ponta Grossa, é responsável pelo policiamento ostensivo das áreas urbanas situadas no 1º BPM. Por sua vez, a segunda companhia, também localizada em Ponta Grossa, fica com a responsabilidade do policiamento ostensivo urbano da área rural dos municípios de Palmeira e Porto Amazonas, também o policiamento rural, feito pela patrulha rural e policiamento externo do Sistema Prisional. Para finalizar, a terceira companhia encontra-se localizada no município de Castro, exercendo o policiamento ostensivo em seis municípios dos Campos Gerais. Atua no perímetro urbano e rural, atendimento às ocorrências, policiamento e fiscalização de trânsito e segurança do Sistema Prisional. Levando em consideração esses dados em relação ao 1º Batalhão da Polícia Militar, pode-se ter uma ideia do trabalho dos policiais militares no município de Ponta Grossa – Pr (SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, 2015).

Características da Polícia Militar e a sociedade disciplinar

O conceito de sociedade disciplinar formulado por Foucault, aparece nitidamente no cotidiano das instituições militares. Tal conceito é sistematizado por Foucault (2015) na obra “Microfísica do Poder”, que foi organizada por Roberto Machado, o capítulo denominado “O nascimento do

Hospital” diz respeito à caracterização do meio disciplinar. Nele, Foucault (2015) ressalta que, a partir dos séculos XVII e XVIII, a ideia de disciplina passou a ser vista como um método de gestão de sujeitos, ou seja, execução de controle a fim de uma produção de trabalho vista como útil.

Tendo em vista o meio militar, a disciplina se constituiu através da formulação das atividades que deveriam ser desenvolvidas pelos soldados, “A disciplina do exército começa no momento em que se ensina o soldado a se colocar, se deslocar e a estar onde for preciso” (FOUCAULT, 2015, p. 61). Foucault (2015) também compreende a disciplina como a análise do espaço e a inserção de corpos nesse espaço, tendo o intuito de classificá-los, dividi-los e individualizá-los. A disciplina é o poder que se exerce sobre o desenvolvimento de uma ação. A partir do século XVIII, o corpo do soldado passou a ser vigiado, visando ser mais eficaz, rápido e melhor ajustado, como um mecanismo de gestão.

A disciplina é um conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos e sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder (FOUCAULT, 2015, p 62).

O trecho acima traz a ideia de que, a partir das práticas de exame, os soldados poderiam ser vigiados e compreendidos como aptos para executar determinado tipo de trabalho. Dentro dos moldes da sociedade disciplinar, o sujeito deve ser enquadrado dentro das regras normativas, fixando assim suas identidades a partir da ideia de verdade

que está em vigor naquele cotidiano.

Levando em consideração os dados da pesquisa “Processos de subjetivação no percurso das trajetórias laborais de policiais militares: uma análise sobre a saúde no trabalho e a segurança pública na contemporaneidade”, compreende-se que há fragmentos das entrevistas que mostram com clareza aspectos da sociedade disciplinar estando presente no cotidiano dos policiais que participaram das entrevistas. Apresenta-se aqui o exemplo de alguns dos fragmentos citados:

Você não sabe o que aconteceu naquele governo, certo então, não porque o Governo Militar era isso, os partidos políticos de oposição falam mal e tal. Eu fui civil no Governo Militar, nunca fui abordado por um Militar, porque eu não agia errado, eu adorava o hino nacional brasileiro, como adoro, eu respeitava os símbolos, a bandeira, tal, tudo... (Entrevistado 5).

Nesse fragmento, compreende-se a ideia de que um sujeito, para ser considerado um cidadão de bem, deve seguir algumas regras normativas impostas socialmente, nesse caso sendo não agir errado, adorando o hino e os símbolos que representavam o patriotismo daquela época.

[...] só dentro do serviço, né, lá fora, né? Que a gente trabalhava direto já com o marginal, com pessoas de bem e com o marginal. A pessoa que, às vezes, já tem a violência em si. (Entrevistado 4).

Mais uma vez, aborda-se a questão das regras que devem ser seguidas pelos “cidadãos de bem”, nesse trecho fica explícito a ideia que diz respeito a quem não seguisse tais regras impostas, pois o sujeito que não as fizesse poderia ser visto como um marginal.

Na verdade, onde existe a hierarquia é inevitável dizer que não existem as diferenças, né? Por exemplo, o

graduado, às vezes, tinha alguma atitude ou alguma ordem, de repente a maneira que ele fala, que ele comanda, o subordinado fica constrangido, isso ai é inevitável, há o constrangimento sim, há as indiferenças (sic), existe tranquilamente (Entrevistado 2).

Como dito acima, o conceito de disciplina vem seguido da ideia de que há o exercício de um poder sobre o desenvolvimento de uma ação, muitas vezes esse poder vem acompanhado de uma hierarquia. Por exemplo, no meio militar, onde existem vários níveis de cargos distintos, um sendo superior ao outro, onde os cargos superiores visam normatizar, classificar e avaliar a execução de ações dos cargos inferiores para que os subordinados cumpram os comportamentos que são tidos como corretos. No fragmento em questão, é possível identificar a hierarquia causada pelas diferenças.

Considerando-se a ideia de disciplina, é possível compreender na fala abaixo, trechos os quais dizem respeito às experiências de um sujeito que foram possíveis de serem produzidas através de um modelo disciplinar por ele seguido, fazendo assim com que o mesmo adquirisse noções que regem seu cotidiano através de normas socialmente estabelecidas pelo local e tempo histórico em que ele se encontra inserido.

Aí, você vem dizer que o Militar é radical, todo mundo diz, “não, meu pai é militar, ele é radical”, é porque, se minha filha vai pra balada e vêm com umas tatuagens desse tamanho no corpo, eu sou radical, porque eu aprendi a ver tatuagem em presos, eles faziam com caneta, furando, com ponta de canivete, índio lixando pau, quem põe piercing, desculpa, não sei se você tem, mas para mim é ignorância. Minha filha, depois que casou, além do cabeludo e roqueiro, falou “pai, você é decepcionado?” Sou, porque você não seguiu o meu caminho, mas ela é livre, hoje ela casou, o marido

permitiu que ela fizesse tatuagem, tal. E eu acho que tatuagem é lesão corporal, não é grave, é leve, mas pra mim é grave, porque não tem como tirar depois, “não, tira com laser”, mas o laser vai deixar a cicatriz em você (Entrevistado 5).

A partir das regras normativas que são impostas dentro de um modelo de sociedade moldado através da disciplina, é possível perceber comportamentos e condutas que são vistos como corretos ou não corretos. Nesse trecho, o entrevistado 5 fala de tatuagens como sendo lesões corporais e algo que não se encaixa dentro das condutas reconhecidas como corretas, pois foi acostumado a ver pessoas tatuadas dentro de prisões, local esse que, para ele, servia como um modo de correção social para cidadãos que não se reconhecem como sendo de bem, não encaixando-se nas regras sociais.

Na verdade, é como eu falei, eu trabalhei em várias regiões. Várias cidades, então é complicado, sabe? Você, às vezes, programava com a família pra sair pra fazer um passeio normal, de um cidadão normal, e, às vezes, você trabalhava o dia todo como policial e a noite recebia um telefone que estava de serviço, uma escala extra, e o teu passeio com a tua família tinha que ser adiado. Isso aí não foi uma nem duas vezes, várias vezes acontece. A vida do policial acontece muito disso, você não pode se programar, às vezes, com a família devido ao seu trabalho, porque imprevistos acontecem, às vezes, um telefonema e você está escalado. Essa é uma das dificuldades com a policial militar que existem (Entrevistado 2).

O fragmento evidencia uma sociedade disciplinar a partir da ideia do corpo como um mecanismo de gestão que visa o controle dos corpos dos sujeitos voltados a uma produção consideravelmente útil. O entrevistado 2 tinha o dever de estar sempre disponível para a execução de seu trabalho, não importando a hora e o local em que ele se

encontrasse, pois, segundo o mesmo relata, não era visto apenas como um “cidadão normal”, mas como um policial.

O conteúdo desse fragmento se faz pensar sobre a disciplina como uma forma de classificar, dividir e normatizar corpos. Como supracitado, o soldado é ensinado a se deslocar para onde for preciso. O entrevistado 2 relata precisar desmarcar seus compromissos com a família para cumprir as escalas de trabalho. Foucault (2015) ressalta que a disciplina é tida como a inserção de corpos normatizados em um espaço, sendo assim, a figura do policial possui uma norma a ser cumprida no âmbito de uma sociedade, desenvolvendo atividades que se tornaram próprias de seu cotidiano.

O trabalho do policial segundo as ideias de segurança

Em relação ao cotidiano dos policiais militares aposentados entrevistados, percebemos duas formas distintas enxergar a segurança. É importante destacar que, grande parte dos entrevistados, executaram parte de seu serviço no período em que o Brasil viva uma ditadura militar, sendo entre 1964 a 1985. Compreende-se a necessidade de diferenciação dos dois contextos sobre a ideia de segurança em ambas as épocas, visto que as mesmas tiveram uma influência direta com a formação dos processos de subjetivação dos policiais entrevistados, pois estavam diretamente ligados ao cotidiano de trabalho dos mesmos.

No período ditatorial, a ideia que se tinha em relação à segurança era conhecida como Segurança Nacional, a qual estava diretamente ligada aos moldes de uma sociedade disciplinar. Certamente estando, diretamente relacionadas ao conceito de biopoder. Este conceito, por sua vez, de acordo com Foucault (2005), se caracteriza como sendo uma forma de poder que se volta para um controle social eficaz, esse controle faz com que um sujeito se reconheça dentro das normas

estabelecidas em um meio social, mas estando dentro de sua individualidade.

Freire (2009, p. 50-51), enfatiza que a Segurança Nacional priorizava a defesa do Estado e a ordem pública social, para tal feito poderiam ser utilizadas forças repressivas. Os cidadãos que não obedecessem às regras sociais e não zelassem pelo bem-estar social poderiam ser considerados suspeitos perante os responsáveis pela Segurança Nacional, ou seja, os oficiais das Forças Armadas. A ordem pública social que se pregava na época era ditada de acordo com os ideais das Forças Armadas, sendo assim, o controle social se dava através de forças repressivas. Assim, na caracterização da sociedade disciplinar, o funcionamento da Segurança Nacional era voltado a um olhar hierárquico, sendo estabelecido através de constante vigilância e modelos arquitetônicos que facilitavam tal atividade (FREIRE, 2009, p. 50-51).

Após a Constituição Federal de 1988, a ideia de segurança passou a ser conhecida como Segurança Pública, a qual ressalta que é direito e responsabilidade de todos a preservação do Estado e da ordem pública, ou seja, diferentemente da Segurança Nacional, a Segurança Pública passou a estabelecer responsabilidades para com todos os cidadãos, não deixando apenas nas mãos dos cargos ocupados pelos oficiais das Forças Armadas (BRASIL, 1988). Neste sentido, é possível estabelecer uma relação entre a ideia de Segurança Nacional e o conceito de sociedade de controle.

A partir da formulação sobre a sociedade disciplinar de Michel Foucault, Gilles Deleuze (1992), desenvolveu o conceito de sociedade de controle. Ela se caracteriza como uma nova ordem ligada, principalmente, às inovações tecnológicas que expressariam o poder em uma sociedade moderna. Os mecanismos de vigilância passariam de uma forma institucional a um método mais geral, a partir da comunicação tecnológica, facilitando assim as formas de se vigiar

uma sociedade, abrangendo todas as esferas sociais, estando presente em todos os lugares e não mais apenas em um espaço restrito. Os indivíduos se entregam voluntariamente a esse tipo de vigilância, pois se compreende que estão enquadrados àquilo que é considerado normal em uma sociedade, buscando sempre permanecer produtivos, ou seja, úteis socialmente.

Avaliando as características da Segurança Pública, onde há a intenção de responsabilidade de todos os cidadãos para o mantimento da ordem pública e boa conduta, encontra-se traços da sociedade de controle, visto que, para exercer o direito e a responsabilidade da preservação do Estado e da ordem pública, os cidadãos se entregam voluntariamente às normas para que sejam considerados pessoas de bem e exerçam trabalhos que sejam produtivos socialmente, como dito acima.

Nas duas formas de se compreender o conceito de segurança se identifica a presença de um biopoder, entretanto o conceito aparece de modos diferentes, onde, em uma, a responsabilidade está nas mãos dos oficiais da Forças Armadas, sendo eles a autoridade, e na outra está nas mãos de todos os cidadãos.

Considerações Finais

É possível identificar a atuação dos entrevistados em duas lógicas cotidianas diferentes durante suas trajetórias laborais, sendo elas a Segurança Nacional e Segurança Pública, como já foi mencionado. Entretanto, observando-se as falas dos sujeitos que participaram da pesquisa, identifica-se que, por mais que o conceito de segurança tenha se modificado a partir das mudanças sociais ocorridas, os cotidianos desses sujeitos continuam fortemente inseridos em uma lógica de Segurança Nacional, ligadas aos aspectos de uma sociedade disciplinar. Observa-se nas falas dos mesmos, conteúdos como hierarquia, disciplina,

cidadão de boa conduta, entre outros, identificando assim que a lógica disciplinar se mantém cristalizada em suas formas de viver.

Foucault (1984), ressalta que a experiência para cada sujeito depende do ambiente em que o mesmo se encontra inserido, ou seja, são correlatas com a cultura, os campos de saber, tipos de normalidade e formas de subjetividade, favorecendo a forma como uma pessoa se reconhece e se constitui enquanto sujeito. Representando assim, posturas assumidas em relação a uma regra, na obrigação de colocá-la em prática, sendo considerado um modelo ético.

Levando em consideração as entrevistas realizadas e seus respectivos trechos os quais foram analisados, compreende-se a ideia de que o cotidiano de um policial militar se encontra diretamente inserido em um âmbito considerado como disciplinar, visto que, através da compreensão da experiência dos mesmos, suas subjetividades foram formadas através de lógicas ligadas à disciplina e um modelo normatizador tido como o correto a ser seguido. Sendo assim, é possível observar que os conceitos denominados sociedade disciplinar, processos de subjetivação e experiência são correlatos, ou seja, acabam cruzando-se entre si, e, no que diz respeito à análise das entrevistas citadas, dão a entender que as trajetórias laborais produzidas pelos entrevistados e as formas as quais os mesmos se reconhecem enquanto sujeitos estão diretamente ligadas a esses conceitos.

Sendo assim, a experiência está diretamente ligada com a forma de uma pessoa se identificar enquanto sujeito, levando em consideração as regras impostas em seu cotidiano, ou seja, seus processos de subjetivação. Compreendendo que os cotidianos dos sujeitos entrevistados se enquadram nas lógicas de uma sociedade disciplinar, tem-se a ideia de que tal modelo de sociedade atua como uma lógica cristalizada na

experiência desses sujeitos, influenciando em suas carreiras e, conseqüentemente, suas formas de vida.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

CARDOSO JR.; Hélio Rabello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: reflexão e crítica**, 18(3), p.343-349, 2005. Acesso em: 06\set.\2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a08v18n3.pdf>

DELEUZE, Gilles. **Controle e devir**. In: o Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do poder**. Organização de Roberto Machado. São Paulo- SP: Editora Paz & Terra, 2015.

_____. **Vigiar e Punir**. 34. ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE, M. D. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Aurora**, nº 5, Dez.\2009. Acesso em: 15\out.\2016. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasElectronicas/Aurora/FREIRE.pdf>

MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2). 2009. 110

NICOLAZZI, F. A Narrativa da Experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, v. 11, n. 19-20, p. 101-138, Porto Alegre: jan.\dez. 2004. Acesso em: 18\mar\2016. Disponível em:file:///C:/Users/dani_/Downloads/6353-19935-1-PB.pdf.

Secretaria da Segurança Pública- Governo do Estado de São Paulo. Acesso em: 12/jul./2-16. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/>

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária- Governo do Estado do Paraná. Acesso em: 25\set.\2015. Disponível em: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>